

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CAMARA

PROCESSO N° : 10283.004020/94.29
SESSÃO DE : 28 de junho de 1996
ACÓRDÃO N° : 301-28.113
RECURSO N° : 117.626
RECORRENTE : MODERN DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA
RECORRIDA : DRJ/MANAUS/AM

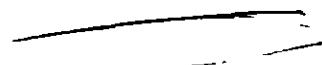
"O fato de ter constado na Resolução SUFRAMA 192/92 benefício distinto do que aquele realmente previsto na Lei 8.387/91, não autoriza o contribuinte dele usufruir, haja vista a obrigação tributária ser "ex lege". A multa aplicada com base no art. 4º, I, da Lei 8.218/91, contudo, é excluída, pois não há que se penalizar o contribuinte que segue instruções expedidas pela própria Administração Pública.

Provido parcialmente o recurso, por unanimidade."

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para somente excluir a multa do art. 4º inciso I da Lei 8.218/91, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 28 de junho de 1996


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
Presidente


MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ
Relatora

05 SEI 1996 *Luz Fernando Oliveira de Melaré*
Procurador da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : ISALBERTO ZAVÃO LIMA, JOÃO BAPTISTA MOREIRA, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO, LEDA RUIZ DAMASCENO, LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS e SÉRGIO DE CASTRO NEVES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.626
ACÓRDÃO Nº : 301-28.113
RECORRENTE : MODERN DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
RECORRIDA : DRJ/MANAUS/AM
RELATOR(A) : MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 49/50, que ora transcrevo:

“ Em Ação Fiscal desenvolvida na empresa supramencionada, verificou-se recolhimento a menor do Imposto sobre Importação, no período de 11/92 a 03/94, em decorrência de aplicação indevida do coeficiente de redução de 88%, quando deveria ter sido aplicado o coeficiente de redução, calculada nos termos do § 1º, do artigo 7º, do Decreto-lei nº 288/67, com a nova redação dada pelo artigo 1º, da Lei 8.387/91, conforme determina o § 1º do artigo 2º, da Lei 8.387/91, tendo em vista tratar-se de internação de placas de circuitos impressos montadas, produzidas na Zona Franca de Manaus e destinadas ao setor de informática.

Em consequência disso, foi lavrado o Auto de Infração para exigir a diferença do imposto de importação, a multa prevista no artigo 4º, inciso I, da Lei nº 8.218/91 e demais encargos moratórios, totalizando o crédito tributário o valor de 1.183.279,41 UFIR (hum milhão, cento e oitenta e três mil, duzentos e setenta e nove unidades fiscais de referência e quarenta e um centésimos).

Inconformada com o procedimento fiscal a empresa apresentou impugnação, alegando que:

- a Resolução nº 190/92, editada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, define que a redução da alíquota do Imposto sobre Importação é de 88%;

- a Resolução nº 389/93 manteve os incentivos fiscais com a mesma redução de alíquota;

- a internação de produtos com alíquotas reduzidas somente é feita após a comprovação, pelo sujeito passivo da obrigação tributária, de que é titular de isenção fiscal. Assim, as internações com alíquota reduzida foram autorizadas pela Receita Federal;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.626
ACÓRDÃO N° : 301-28.113

- várias vezes compareceu à SUFRAMA para se informar sobre a eficácia da Resolução nº 190/92, referente à redução da alíquota do Imposto sobre Importação, havendo sido informada de que se encontrava em pleno vigor as disposições ali contidas;

- como foi induzida em erro pela própria SUFRAMA, ao lhe conceder a redução da alíquota do II e ao ratificar a eficácia da Resolução, requer que o Auto seja julgado improcedente. Na hipótese de ser mantida a autuação fiscal, solicita que seja retirada a multa e permitido o recolhimento do imposto acrescido dos juros moratórios".

A ação fiscal foi julgada procedente sob o fundamento de a Resolução 190/92 do Conselho de Administração da SUFRAMA ter sido editada em contrariedade com o que dispõe o artigo 7º do Decreto-lei 288/67, com a redação que lhe deu o artigo 1º da Lei 8.387/91.

A Resolução 190/92 autorizou a redução da alíquota do Imposto de Importação, relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira utilizados na fabricação de placas de circuito impresso montada, enquanto o artigo 7º do DL 288/67, em sua redação atual, expressamente vedava redução do imposto para os bens de informática industrializados na Zona Franca de Manaus.

A decisão recorrida sustentou que até 29/10/92 os bens do setor de informática produzidos na Zona Franca de Manaus só poderiam ter os benefícios da Lei 8.248/91, sendo incabível a redução de 88% do II. Somente após 29/10/92, nos bens do setor de informática produzidos na ZFM e internados para outros pontos do Território Nacional poderiam gozar da redução do Imposto de Importação, na forma

do § 1º, do art. 7º, do DL 288/67, com a redação em vigor.

A Resolução 389/93, referida pela autuada em sua defesa, não se aplicaria ao caso, pois prevê a redução de 88% do II para a importação de placas de circuito impresso montadas, não destinadas a bens de informática, sendo certo que a importadora internou, no período de novembro/92 a março/94, placas de circuito impresso montadas destinadas a bens de informática.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CAMARA

RECURSO Nº : 117.626
ACÓRDÃO Nº : 301-28.113

Foi mantida, também, a multa imposta com base no artigo 4º, inciso I, da Lei 8.218/91, constante do auto de infração.

No recurso, tempestivamente apresentado pela recorrente, são reiteradas as razões já apresentadas em defesa.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.626
ACÓRDÃO N° : 301-28.113

VOTO

Com base no que dispunha a Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA, de nº 190/92, datada de 20/04/92, a recorrente teve aprovado o projeto industrial de implantação da empresa na Zona Franca de Manaus, para a produção de placa de circuito impresso montada, sendo-lhe concedido os benefícios fiscais previstos no Decreto-lei 288/67, com a redação dada pela Lei nº 8.387, de 1991.

A citada Resolução, em seu inciso II, DEFINIU que a redução da alíquota do Imposto sobre a Importação, relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagens componentes e outros insumos de origem estrangeira utilizadas na fabricação das placas de circuito impresso seria de 88%, conforme § 4º do artigo 7º do DL 288/67, com a redação do art. 1º da Lei 8.387/91.

Sucede, entretanto, que o § 4º do artigo 7º do DL 288/67 (redação da Lei 8.387/91), excluiu os bens de informática da fruição da redução da alíquota do Imposto de Importação.

§ 4º: Para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das posições 8711 e 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA até 31 de março de 1991 ou para seus congêneres ou similares, compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB, constantes de projetos que venham a ser aprovados, no prazo de que trata o artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução de que trata o “caput” deste artigo será de oitenta e oito por cento.”

Em verdade, o regramento fiscal a ser dado aos bens de informática está disposto no artigo 2º do DL 288/67 (redação da Lei 8.387/91), assim redigido:

art. 2º : Aos bens do setor de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus, serão concedidos, até 29 de outubro de 1992, os incentivos fiscais e financeiros previstos na Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, atendidos os requisitos estabelecidos no § 7º do artigo 7º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada por esta Lei.”

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.626
ACÓRDÃO N° : 301-28.113

E, ainda, de acordo com o que dispõe o § 1º do citado artigo 2º, após 29 de outubro de 1992, os bens referidos, quando internados em outras regiões do País, estão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre a Importação relativo a matérias-prima, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos, de origem estrangeira e nele empregados, conforme coeficiente de redução estabelecido no § 1º do artigo 7º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

O § 1º do artigo 7º contém a fórmula que se deve utilizar para a aplicação do coeficiente de redução do Imposto sobre Importação para os bens de informática produzidos após 29/10/92.

No caso, segundo consta dos autos, todas as operações realizadas pela recorrente ocorreram após 29 de outubro de 1992, incidindo, portanto, a regra do artigo 2º, § 1º e o coeficiente constante do § 1º do artigo 7º, ambos do DL 288/67, com a redação da Lei 8.387/91.

Correta se mostra, assim, a decisão recorrida, quando afirma que a empresa usufruiu, indevidamente, do coeficiente de redução de 88%, quando deveria ter aplicado o coeficiente de redução calculado nos termos do § 1º do artigo 7º do DL 288/67, com a redação dada pelo artigo 1º, da Lei 8.387/91.

O fato de ter constado na Resolução 192/92 benefício distinto do que aquele realmente previsto na Lei não autoriza o contribuinte dele usufruir. Isto porque a obrigação tributária é “ex lege”, ou seja, decorre da vontade da lei, e o lançamento segundo disposto no artigo 142 do Código Tributário Nacional, é ato administrativo vinculado e obrigatório, cabendo a autoridade fiscal realizá-lo, sob pena de responsabilidade funcional.

Assim é que, no presente caso, tendo ocorrido o fato gerador e tendo sido aplicada redução indevida no cálculo do Imposto sobre a Importação, corretas se mostram as exigências de imposto e dos juros de mora.

Entretanto, a exclusão da multa lançada com base no artigo 4º, inciso I, da Lei 8.218/91 é de rigor, por não atendimento ao princípio da tipicidade e em respeito à segurança jurídica já que o contribuinte agia baseado em Resolução promulgada pelo conselho da suframa, órgão da própria Administração.

O princípio da tipicidade é violado pelo inciso I do artigo 4º da Lei 8.218/91, pois a regra prevê genericamente, três hipóteses fáticas que ensejariam a aplicação da multa, constitui ele, pois, um tipo aberto, não utilizável em direito tributário.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.626
ACÓRDÃO N° : 301-28.113

Em questões penais-tributárias é imperativa a utilização do tipo cerrado, que define de modo preciso e exaustivo seus elementos e características. "Neste tipo há subsunção do fato concreto ao tipo, isto é, o fato concreto deve apresentar todas as notas características do tipo, deve "cair" dentro do tipo legal para que este lhe possa ser aplicado." (Yonne Dolócio de Oliveira - curso de Direito Tributário, vol. 1, edições CEJUP).

Em ainda que estivesse a norma perfeitamente adequada ao princípio da tipicidade, para poder prevalecer a penalização, a fiscalização deveria, fundamentalmente explicitar por qual daquelas três hipóteses constantes da regra legal o contribuinte estaria sendo apenado. Não o fazendo no momento oportuno do lançamento ou da lavratura do auto de infração, de forma expressa, caracterizada fica a violação ao direito do amplo exercício da defesa por parte do contribuinte.

Por fim, não se há de penalizar o contribuinte que segue instruções expedidas pela própria Administração Pública. Agir de outra maneira é desrespeitar os princípios máximos da segurança jurídica e da moralidade administrativa.

Voto, pois, no sentido de ser a decisão recorrida PARCIALMENTE REFORMADA, excluindo-se a exigência da multa do Imposto de Importação, aplicada com base no artigo 4º, inciso I, da Lei nº 8.218/91.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1996


MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ - RELATORA